



Ciências Naturais e Ciências Sociais: as Raízes Filosóficas de Florestan Fernandes^{1*}

Natural Sciences and Social Sciences: the philosophical roots of Florestan Fernandes

Diogo Valença de Azevedo Costa²

RESUMO

O presente artigo discute as ideias de Florestan Fernandes sobre as relações entre as ciências naturais e as ciências sociais, tais como foram formuladas em meados da década de 1940. Utilizaram-se como fontes seus artigos publicados na coluna *Homem e Sociedade* do *Jornal de São Paulo*. Partindo-se de seu olhar sobre a fragmentação dos pressupostos filosóficos nas ciências sociais, o objetivo foi explicitar suas concepções ontológicas e epistemológicas no âmbito da Sociologia. As ideias aqui apresentadas fazem parte de um programa de pesquisas mais amplo sobre as continuidades e descontinuidades do pensamento metodológico de Florestan Fernandes, nas diferentes fases que marcam sua trajetória intelectual.

Palavras-chave: Ciências naturais; ciências sociais; filosofia; Florestan Fernandes.

ABSTRACT

This article discusses Florestan Fernandes' ideas on the relationship between the natural sciences and the social sciences, as formulated in the mid-1940s. His articles published in the *Homem e Sociedade* column of the *Jornal de São Paulo* were used as sources. Drawing on his view of the fragmentation of philosophical assumptions in the social sciences, he sought to articulate his ontological and epistemological conceptions in sociology. The ideas presented here are part of a broader research program on the continuities and discontinuities in Florestan Fernandes's methodological thought across the different phases of his intellectual career.

Keywords: Natural sciences; social sciences; philosophy; Florestan Fernandes.

^{1*} O presente artigo foi escrito no âmbito do projeto de pesquisa “Dilemas da teoria social na América Latina: Florestan Fernandes e A Revolução Burguesa no Brasil”, vinculado à Bolsa de Produtividade do CNPq (PQ-C).

² Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Professor Titular do Centro de Humanidades, Artes e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CAHL/UFRB). Publicou, em co-autoria, os livros *Florestan Fernandes' Critical Sociology: a Social Theory of Brazil and Latin America* (Routledge, 2024) e *Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil* (Marxismo21, 2021). E-mail: valencadiogo@ufrb.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5266-9855>.

1. INTRODUÇÃO³

Na década de 1940, Florestan Fernandes (1920-1995) produziu um conjunto de reflexões, hoje praticamente inéditas, sobre as relações entre as ciências naturais e as ciências sociais. A importância de tais escritos, encontrados no Fundo Florestan Fernandes, reside na possibilidade de conhecer as bases filosóficas do autor quando ainda se encontrava em seu período formativo. Os fundamentos ontológicos e epistemológicos da sociologia de Florestan Fernandes não estão plenamente explícitos em suas principais obras teóricas e metodológicas, dentre as quais se destacam *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (Fernandes, 1978 [1959]), *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (Fernandes, 1976 [1960]), *Elementos de sociologia teórica* (Fernandes, 1974 [1970]) e *A natureza sociológica da sociologia* (Fernandes, 1980). Neste último livro, argumenta que a sociologia já nasce estilhaçada e fragmentada. O resgate de suas concepções filosóficas de juventude ajudaria a lançar novas luzes sobre a compreensão de suas posições metodológicas de maturidade, tanto as defendidas em sua inserção acadêmico-institucional na Universidade de São Paulo (USP), entre as décadas de 1950 e 1960, quanto as que assume no momento de sua adesão aberta ao movimento socialista no bojo da resistência à ditadura empresarial-militar brasileira, após ter sido aposentado compulsoriamente em 1969. Nesse sentido, há importantes continuidades e descontinuidades em seu pensamento que precisam ser melhor investigadas.

O autor do presente artigo defendeu a tese intitulada *As concepções epistemológicas de Florestan Fernandes: um enfoque comparativo dos anos 1950 e 1970* (Costa, 2025). Os textos filosóficos do sociólogo paulistano, adiante discutidos, ainda não haviam sido encontrados. Nesse sentido, as ideias aqui assumidas constituem um complemento à referida tese, na qual se argumenta que nunca houve uma ruptura epistemológica na obra de Florestan Fernandes. Os dois trabalhos fazem parte de um programa de pesquisa mais amplo, o qual se preocupa em demonstrar que os fundamentos filosóficos, ontológicos e epistemológicos do pensamento científico de Florestan Fernandes não apenas estão presentes nas bases de suas propostas de síntese teórica e metodológica na sociologia e nas ciências sociais, avançadas nas décadas de 1950 e 1960, mas também que, na sua fase marcadamente socialista, tais fundamentos foram revisados, autocriticados e refinados, mas

³ O autor do artigo gostaria de agradecer os pareceres anônimos recebidos, que contribuíram para a explicitação de alguns conceitos epistemológicos de Florestan Fernandes. A descoberta do caderno de recortes de jornal no Fundo Florestan Fernandes foi realizada pela bibliotecária Izabel da Mota Franco, da Coordenadoria de Obras Raras e Coleções Especiais da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (ColEsp/BCo/UFSCar), em conjunto com o autor do artigo. O caderno de recortes foi preservado graças ao zelo de Vladimir Sacchetta, a quem devemos reconhecer o diligente trabalho de publicação póstuma de textos importantes de Florestan Fernandes. Por fim, seria indispensável agradecer, na pessoa de Ricardo Biscalchin, à equipe responsável pela preservação do Fundo Florestan Fernandes.

não abandonados. Nesses escritos filosóficos de juventude, Florestan Fernandes assume uma “unidade ontológica do real”⁴ e, nos textos de maturidade, essa concepção se aproxima bastante de uma visão marxista das relações entre natureza, história e sociedade, tributária das formulações *engelsianas* a esse respeito (Fernandes, 1980, p. 121-122). Apenas o primeiro conjunto de problemas, relativo ao ponto de partida filosófico de Florestan Fernandes, poderá ser debatido na próxima seção.

O presente artigo preenche uma lacuna nas pesquisas mais recentes em torno da obra sociológica de Florestan Fernandes. Em suas narrativas autobiográficas, menciona que, ao terminar o curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP) e ter se tornado assistente na cadeira de Sociologia II, regida por Fernando de Azevedo, as questões que o afligiam eram eminentemente filosóficas: a sociologia é uma ciência? Que relações a sociologia mantém com as demais ciências sociais, com a filosofia e com outros ramos do conhecimento? Qual é a natureza do conhecimento produzido nas ciências sociais? (Fernandes, 2021, p. 122, 139). Os escritos a seguir analisados revelam as posições filosóficas do início de sua trajetória acadêmica e poderão provocar reformulações nas interpretações correntes de sua produção sociológica.

O artigo não foi subdividido em seções. Dada a unidade de conteúdo dos textos de Florestan Fernandes sobre as ciências naturais e as ciências sociais, optou-se por apresentá-los em bloco numa única seção geral, de modo a ressaltar esse caráter de indivisibilidade. O método adotado foi explicitar a visão de Florestan Fernandes, evitando-se digressões comparativas que desviariam o foco central em suas ideias. Não há muitos trabalhos que tematizem as concepções epistemológicas do sociólogo paulistano. O livro de Alberto Oliva (1997) o vincula a um ideal de ciência empiricista, indutivista e positivista, ao argumentar erroneamente que Florestan Fernandes julgava fazer sociologia livre de quaisquer pressupostos filosóficos. As ideias aqui apresentadas desempenharão um papel importante se ajudarem a debelar uma visão tão reducionista.

2. CIÊNCIAS NATURAIS E CIÊNCIAS SOCIAIS: O OLHAR FILOSÓFICO DE FLORESTAN FERNANDES

Em 1945, Florestan Fernandes escreveu uma série de nove artigos, intitulada *Ciências Naturais e Ciências Sociais*, publicada no rodapé “Homem e Sociedade” do *Jornal de São Paulo*. De curta existência, esse jornal circulou entre 1945 e 1948⁵. A colaboração de Florestan Fernandes

⁴ A expressão se encontra entre aspas, pois foi sugerida num dos pareceres anônimos, a fim de diferenciá-la da ontologia do ser social nos termos de Lukács, autor cuja obra não foi analisada em profundidade por Florestan nos anos 1940.

⁵ As informações consultadas sobre o *Jornal de São Paulo* são bastante dispersas e imprecisas. O jornalista Cláudio Abramo (1923-1987), com então 22 anos, começou a trabalhar no jornal em 1945 e faz o seguinte depoimento: “Na

ocorreu por intermédio de Hermínio Sacchetta, dirigente do Partido Socialista Revolucionário (PSR). Como é bem conhecido, Florestan Fernandes militou nesse agrupamento trotskista de 1943 até o início dos anos 1950, tendo sido encarregado de traduzir e introduzir, para a editora Flama, vinculada ao PSR, *A Crítica da Economia Política*, de Marx. Naquele mesmo rodapé, publicou, em 07 de maio de 1946, o artigo *Notas sobre uma tradução de Marx*. Os artigos de Florestan Fernandes no Jornal de São Paulo de 1945 são de difícil acesso. Recentemente, foi encontrado no seu arquivo pessoal, reunido no Fundo Florestan Fernandes da Coordenadoria de Obras Raras e Coleções Especiais da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (ColEsp/BCo/UFSCar), um caderno de recortes no qual o próprio Florestan Fernandes compilou artigos de sua autoria publicados em jornais e revistas entre as décadas de 1940 e 1960. Trata-se de um achado de grande relevância, pois a maioria de seus artigos de 1945, publicados no *Jornal de São Paulo*, não consta das principais hemerotecas brasileiras, nacionais e estaduais. O motivo deve ter sido justamente o confisco, pela ditadura getulista, de alguns números do periódico em questão.

As considerações sobre o olhar ontológico de Florestan Fernandes partem da análise desses nove artigos sobre ciências naturais e ciências sociais. Cumpre, porém, observar que as concepções ontológicas das/os cientistas sociais estão relacionadas a, ou são alimentadas por, visões de mundo políticas. No caso de Florestan Fernandes, as questões epistemológicas e de caráter filosófico mais geral que se propôs em meados da década de 1940, em que se destaca o exame de correntes distintas como o positivismo, o marxismo e o idealismo (em relação a essa última outros autores, como Adam Schaff e Michael Löwy, chamariam de *historicismo*), possuem afinidades com seu estilo de pensamento socialista em construção e estão informadas por um esforço de delimitação de suas diferenças específicas, irreduzíveis, mas sem desprezar possibilidades de sínteses futuras. Nos quadros teóricos da sociologia *mannheimiana* do conhecimento, o estilo de pensamento consiste na forma particular como as ideologias políticas estruturam as categorias de raciocínio: o que distingue um liberal de um socialista, e vice-versa, é o modo como pensam, e não propriamente suas afirmações de conteúdo, tomadas como dados isolados. Assim, as categorias de *espaço e tempo histórico-sociais*, bem como as maneiras de compreender as relações entre o que é considerado do âmbito da natureza e da cultura, são diversas de acordo com as ideologias políticas. O liberal, por

Folha [da Manhã] estava Hermínio Sacchetta, que se rebelou contra a venda do jornal para Matarazzo. [...] Sacchetta saiu da *Folha* com um grupo grande de gente, para formar o *Jornal de São Paulo*, fundado por Francisco Souza Neto (o Chico Polícia), e os Amaral, da TV. [...] Sacchetta saiu do *Jornal de São Paulo*, outra vez levando um grupo. [...] O jornal fechou em 1948, com 35 mil assinaturas, mas sem anunciantes” (Abramo, 1988, p. 25-27). Gustavo Mesquita (2017, p. 72) caracteriza erroneamente o jornal como um “veículo socialista e clandestino” e afirma que chegou a ser “interditado e confiscado pela polícia de Vargas”. Embora alguns números do jornal tenham sido confiscados pela ditadura do Estado Novo, não se tratava de um veículo ideologicamente socialista. Os nomes de fundação do jornal não eram socialistas, embora nele trabalhassem jornalistas com vínculos ideológicos e políticos com o socialismo. O fato de Florestan Fernandes assinar suas matérias também é uma evidência contrária ao suposto caráter clandestino do jornal.

exemplo, assume como pressuposto os valores da universalidade da natureza humana e tende a tomar os indivíduos como átomos isolados, ou mônadas, daí certa tendência à generalização do conhecimento nomotético e a conceber o tempo histórico como simetria entre passado e futuro, como um eterno presente.

Nos artigos sobre ciências naturais e ciências sociais, Florestan Fernandes não explicita suas posições políticas socialistas e mantém o debate no âmbito de questões filosóficas, ontológicas e epistemológicas mais gerais, a par de problematizações fundamentais no campo da sociologia do conhecimento. Já revela aí um sólido conhecimento das diferentes correntes das ciências sociais, que servirá de base para seus trabalhos de sistematização teórica das divisões da sociologia, escritos entre os decênios de 1950 e 1960, apenas mencionados neste artigo. No entanto, o modo de analisar as diferenças entre as correntes filosóficas positivista, marxista e idealista/historicista apresenta forte afinidade com sua visão de mundo socialista. Há uma perspectiva interpretativa que o caracteriza como liberal (Garcia, 2002; Mesquita, 2017), tanto no plano político e ideológico quanto no da sua concepção de ciência. Inclusive, mesmo nos artigos em que Florestan Fernandes expressa posições socialistas e contrárias à ideologia liberal, suas ideias são interpretadas como uma tomada de posição em favor do liberalismo político⁶. No entanto, as soluções que encaminha na década de 1940, em suas análises da diversidade de correntes filosóficas nas ciências sociais e das possibilidades de aproximações/sínteses entre elas, já deixam transparecer a importância do diálogo com a obra de Marx, sua adesão ao socialismo e a construção de suas posições teóricas na

⁶ Gustavo Mesquita (2017, p. 72) caracteriza os artigos de Florestan Fernandes publicados no *Jornal de São Paulo*, “Um teórico do neofascismo: I – Democracia e fascismo”, de 04 de julho de 1945, e “Um teórico do neofascismo: II – A Bíblia da Reação”, de 10 de julho de 1945, como “o desfecho de suas análises da II Guerra” que desemboca em suas “críticas aos fascismos europeus e a defesa da democracia liberal”. Curiosamente, esses dois artigos de Florestan Fernandes se opõem peremptoriamente ao *Manifesto Democrático*, de Emery Reves, argumentando que as democracias ocidentais contribuíram para a ascensão do nazifascismo, visto como um mal menor em comparação ao comunismo. Florestan Fernandes considera o manifesto liberal de Reves como visceralmente reacionário. Sem desenvolver qualquer análise do conteúdo desses artigos e sem apresentar passagens que confirmem sua posição, Mesquita os caracteriza como vinculados à ideologia liberal. A Bíblia da reação a que se refere Florestan Fernandes é o *Manifesto Democrático*, de Reves, que atuou na propaganda de guerra britânica, ao lado de Winston Churchill. Ou seja, Florestan Fernandes está criticando o liberalismo triunfante pós-II Guerra, não poupando sequer Karl Mannheim, que representaria o “terceiro caminho” entre socialismo e liberalismo: “Em nossos dias, parece-me que é Karl Mannheim o teórico que se empenhou mais a fundo na conciliação dos principais princípios democráticos e os de uma sociedade planificada. É também, por isso mesmo, o autor que mais tem contribuído para divorciar o Estado ocidental dos primitivos princípios da democracia e da liberal-democracia, promovendo aquele estranho conúbio de que resultou um produto igualmente espúrio, ao qual se poderia chamar de ditatorialismo pequeno burguês. A solução proposta por Mannheim é uma espécie de socialismo para a classe dominante em que a transição da presente organização econômica, política e social para uma organização socialista se faria gradativamente, sem violências, e através de **planos** e de um maquinismo burocrático administrativo. [...] A principal finalidade da planificação, pois consistiria em atalhar de um golpe as contradições do regime capitalista e dos seus suportes políticos democráticos, por seu agravamento extremo e em desviar, em seguida, através das técnicas sociais aplicadas em larga escala à administração pública, o curso do processo social, preservando os valores e os fundamentos vitais da ‘democracia’. É evidente que a democracia não seria preservada. Mas o seriam todos os privilégios adquiridos durante longos anos pela burguesia e a própria organização social que os torna possíveis” (Fernandes, 1945k). Os dois artigos se situam numa perspectiva de crítica socialista às contradições da democracia ocidental que podem conduzir, em certas circunstâncias históricas, a soluções fascistas.

subdisciplina científica da sociologia do conhecimento. Florestan Fernandes detinha uma forte consciência da fragmentação da sociologia e das ciências sociais, explicando-as pelas diferenças nas perspectivas sociais dos sujeitos associadas a distintas ideologias políticas. Essa fragmentação também se expressava, no plano filosófico, nas posições assumidas pelos cientistas sociais, conforme adotassem posturas positivistas, materialistas ou idealistas.

No artigo intitulado *Planos e perspectivas*⁷, publicado em 23 de outubro de 1945, Florestan Fernandes explicita as suas intenções de utilizar o rodapé Homem e Sociedade como veículo de divulgação dos debates teóricos e metodológicos nas ciências sociais, das suas descobertas e avanços, numa linguagem acessível ao grande público, sem comprometer a ética científica:

[...] o mesmo preconceito contra a divulgação que existe entre os especialistas das ciências da natureza contamina os especialistas das ciências sociais. E não se deve de fato fechar os olhos aos perigos da divulgação, pelo menos de certo tipo de divulgação que sacrifica toda e qualquer ética profissional em troca de um êxito fácil. Mas, é possível realizar uma atividade informativa bastante importante, sem correr esses riscos nefastos – tanto para a ciência, como para os leitores. [...] Portanto, estão aí bem definidos o objeto e as finalidades destes rodapés. Servir como uma ponte de ligação entre os leitores e os problemas e as obras publicadas sobre ciências sociais, eis o objeto. Ser informativo, tanto quanto possível, contribuir para atenuar as deficiências de nosso sistema escolar e o acanhamento – que felizmente parece estar se dissipando – de nossas editoras, eis as finalidades. Isso, por sua vez, delimita concretamente a orientação que se deve seguir. De um lado, põe em evidência a necessidade de se discutir alguns problemas teóricos e históricos das ciências sociais, objeto de cada uma, etc.; doutro lado implica o comentário de livros e indicação sistemática de leituras (Fernandes, 1945j)⁸.

Dentre comentários de livros e debates sobre temas relevantes das ciências Sociais, Florestan Fernandes escreveu um total de 39 artigos no rodapé Homem e Sociedade. Os títulos eram bastante variados: *Jornalismo e História* (26/10/1945); *Sociologia* (03/01/1946 e 08/01/1946), em que discute o livro de Gilberto Freyre; *Sociologia: Teoria e Pesquisa* (15/01/1946), sobre o livro de Donald Pierson; *O Estudo das Cidades* (14/05/1946), no qual tece considerações sobre a tese de doutoramento de Lucila Herrmann, *Alteração da Estrutura Social de Guaratinguetá (1630-1940)*; *Economia e Sociologia* (15/10/1946), em que apresenta o manual de Economia Política de Paul Hugon; dentre outros. Aqui serão discutidos diretamente os artigos de *Ciências Naturais e Ciências Sociais*. Os artigos serão analisados na ordem cronológica de suas respectivas publicações, discutindo-se suas posições epistemológicas.

O primeiro artigo, *Ciências Sociais e Ciências Naturais I* (de agora em diante, *CS&CN I, II*,

⁷ Curiosamente, Gustavo Mesquita (2017, p. 69) afirma que o conteúdo do artigo abordaria a situação da Sociologia Aplicada no Brasil e nos Estados Unidos. Florestan Fernandes, em nenhum momento, levanta a questão.

⁸ No caderno de recortes das publicações de Florestan Fernandes, não foi possível identificar a paginação original. Por isso, as páginas estão ausentes em todas as citações do *Jornal de São Paulo*.

III, IV, V, VI, VII, VIII & IX), foi publicado em 30 de outubro de 1945. Florestan Fernandes situa a origem das ciências sociais entre o final do século XVIII e o início do século XIX, fase que caracteriza como propriamente científica, pois as ciências sociais se desenvolveram “desprendendo-se da filosofia e abandonando seus pontos de vista propriamente normativos e finalistas” (Fernandes 1945a). Ao mesmo tempo, aponta que, nesse momento formativo das ciências sociais, as “ciências naturais, a física e a química, em particular, já tinham produzido uma profunda transformação no mundo moderno” (Fernandes, 1945a). As ciências naturais foram fundamentais no processo histórico da revolução industrial, “iniciando o processo que iria caracterizar a civilização ocidental como uma civilização científica” (Fernandes, 1945a). As ciências naturais, antes e durante o período de surgimento das ciências sociais como disciplinas independentes (“a economia, a sociologia, a psicologia, a política, etc.”), com objetos próprios, já teriam moldado uma “tradição de pensamento científico, uma ideia e um ideal bastante precisos do que se devia entender por ciência” (Fernandes, 1945a), incentivando a emergência do que se pode entender por naturalismo, o ponto de vista segundo o qual as ciências naturais representam um padrão de cientificidade e modelo a serem perseguidos, copiados, pelas ciências sociais. Florestan Fernandes distingue dois movimentos: no primeiro, “as ciências naturais constituíram o ideal para o qual tendiam as ciências sociais”; no segundo, “especialistas daquelas disciplinas, especialmente os físicos e os biólogos, invadiram o campo das novas ciências sociais, levando-lhes consigo os métodos, os processos e as técnicas de trabalho de suas próprias ciências (física ou biologia, por exemplo)” (Fernandes, 1945a). A partir de tais constatações, irá definir os problemas que lhe preocupam:

E surgiu um problema fundamental: as relações entre as ciências naturais e as ciências sociais. Estas podiam também ser consideradas ciências da natureza, ou não? Os fenômenos que elas estudavam eram susceptíveis de observação científica e estavam sujeitos ao “determinismo universal”, a uma certa ordem? (Fernandes, 1945a)

Esse é o conjunto de problemas em torno do qual irão girar os artigos *CN&CS*. Florestan Fernandes apresenta as soluções propostas por três correntes epistemológicas, a positivista, a materialista e a idealista:

A essa questão – até certo ponto, apenas – questão pacífica nas modernas ciências sociais, foram dadas, em síntese, três respostas diferentes. Não é muito bom designar as coisas de modo simplista, mas se o leitor fizer gosto em dar-lhes nomes poderá distingui-las em: positivista, materialista e idealista (Fernandes, 1945a).

É bem sabido que, no início da trajetória acadêmica de Florestan Fernandes como estudante de ciências sociais na Universidade de São Paulo, entre 1941 e 1944, a influência da tradição

francesa era muito forte. A base positivista dessa formação foi matizada por Florestan Fernandes, a partir da leitura crítica das tradições marxistas e idealistas/historicistas alemãs. Não se pode dizer, por isso, que ele tenha sido adepto do positivismo e do naturalismo nas ciências sociais. Tanto é assim que, na maioria dos artigos intitulados *CN&CS* (números de II a VI e de VIII a IX), toda a discussão concentra-se na corrente idealista/historicista. Neste primeiro artigo, contudo, o contraste entre o positivismo e o pensamento de Marx domina o conjunto de seus argumentos, o que permite construir a hipótese de que as considerava duas tendências opostas e antagônicas. Há, ainda, outro elemento a observar: nessa mesma época, Florestan Fernandes estava fazendo a tradução de *A crítica da economia política* e redigindo sua famosa introdução ao livro de Marx, cuja versão completa pode ser encontrada em *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (Fernandes, 1976). Há nessa introdução uma abundante comparação entre Marx e os autores que associa ao idealismo alemão. No artigo *Notas sobre uma tradução de Marx*, de 07 de maio de 1946, *A crítica da economia política* se destaca pela superação metodológica do naturalismo positivista:

Poucos livros do século XIX têm uma importância tão grande para as modernas ciências sociais quanto este, menos como ponto de referência histórica, que pelos problemas de natureza metodológica que colocou e as soluções propostas. Publicado em 1859, numa época em que tanto a economia política como a sociologia estavam dominadas por métodos e processos de trabalho tomados de empréstimo das ciências físicas e naturais, este livro pode ser considerado como o primeiro marco realmente significativo da história do desenvolvimento de métodos e de pontos de vista específicos no campo das ciências sociais (Fernandes, 1946).

Essa citação ajuda a compreender por que Florestan Fernandes iniciou o primeiro artigo sobre ciências naturais e sociais com uma comparação entre o positivismo e o pensamento de Marx, como ponto de partida para situar as contribuições da corrente idealista. Na exposição de Florestan Fernandes, podem-se reconhecer as incompatibilidades epistemológicas entre tais correntes, que adotam concepções ontológicas distintas. O positivismo é discutido a partir de Augusto Comte, que concebia a sociologia como “ciência inclusiva, abrangendo todo o social – o estudo da organização e do desenvolvimento da Humanidade, da estática e da dinâmica social” (Fernandes, 1945a). Assim as características do sistema positivista de Comte são resumidas:

- a. “[...] a sociologia entrava como uma ciência da natureza, distinguindo-se das outras apenas por sua complexidade e recenticidade”;
- b. Os fenômenos sociais “podiam ser estudados cientificamente, por meio dos métodos positivos, e [...] apresentavam os caracteres dos fenômenos científicos: eram fatos exteriores à consciência, apresentavam certas relações entre si as quais tornavam possível sua explicação e sua compreensão como aspectos particulares do ‘determinismo universal’ –

- uma ordem necessária, invariável e constante – e por isso mesmo também gerais”;
- c. A própria sociologia era considerada uma ciência natural: “Além da sociologia possuir todos os caracteres das demais ciências da natureza, o seu próprio objeto era redutível ao objeto das ciências da natureza. Porque, embora reconhecendo a *natureza espiritual* do fenômeno social, Comte procedia a redução do espiritual ao psíquico e deste ao fisiológico”;
 - d. Na classificação *comteana* das ciências, a sociologia seria a menos geral e mais complexa, estando interligada às demais ciências da natureza. Florestan Fernandes situa essa classificação das ciências na lei dos três estados, “uma lei sociológica feita à imagem das leis da natureza”, segundo a qual o “desenvolvimento da humanidade” é explicado pela “passagem do estado teológico para o estado positivo, atravessando um estado intermediário, que é o metafísico”;
 - e. A lei dos três estados seria universal, constante e invariável, de modo que todas as sociedades passariam por suas fases. Essa lei reflete os grandes períodos de evolução das formas de raciocinar e explicar os fenômenos: da fase teológica, baseada na explicação dos “fenômenos naturais através de uma causa, exterior e superior às coisas” (“Deus, por exemplo, cria a vida, os animais, os vegetais etc.”), passa-se à fase metafísica ou filosófica, em que “as coisas” são explicadas “por meio de causas internas, essenciais – por isso Comte chama este estágio de metafísico – a água por exemplo, sobe num cano porque a «natureza tem horror ao vácuo»”; por fim, na última fase, a científica ou positiva, “o homem descobre relações necessárias, que ligam os fenômenos entre si, e explica, então os fatos através dessas relações”. Apenas nessa última fase a humanidade se libertaria da sua submissão às forças naturais.

Haveria, na solução positivista *comteana*, uma indistinção entre os fenômenos da natureza e da sociedade. As ciências naturais e sociais são uma única ciência, pois seus objetos se comportam segundo leis universais e estão submetidos aos postulados do determinismo universal. Tal identidade entre as ciências naturais e sociais só tem sentido nos quadros de pressupostos epistemológicos deterministas e evolucionistas. A solução positivista das relações entre ciências naturais e sociais foi rejeitada por Florestan Fernandes. Logo em seguida, passa a apresentar a solução materialista da distinção entre as ciências naturais e as sociais. O ponto de partida da sua explanação é a crítica *feuerbachiana* ao idealismo objetivo hegeliano. “Feuerbach parte da crítica da identidade entre ser e pensar, que subordina o ser ao pensamento, aceita pelos idealistas. [...] Estabelece a unidade de ser e pensar, pois, em contraposição ao idealismo hegeliano” (Fernandes,

1945a). Esse materialismo filosófico, contudo, não explica como o ser produz a consciência. “[...] a solução de Feuerbach é insuficiente: falta explicar como a matéria determina o espírito” (Fernandes, 1945a). Nesse sentido, Marx iria ultrapassar a crítica de Feuerbach ao idealismo, a partir de um esforço para apreender o que seria específico do mundo histórico, elaborando uma noção de lei apropriada ao social (isto é, não baseada nos pressupostos filosóficos do naturalismo positivista) e, ao mesmo tempo, “afastando todas as explicações finalistas e providencialistas do processo histórico” (Fernandes, 1945a).

É certo que Marx percebia a necessidade de “*descobrir as leis gerais de desenvolvimento da sociedade*” (Fernandes, 1945a). Isso poderia levar a semelhanças entre os critérios de trabalho adotados pelos naturalistas e os de Marx. “O seu critério de trabalho, todavia, aproximava-se intimamente do critério usado pelos naturalistas: estes explicam, por exemplo, o biológico, pelo biológico; Marx tentaria explicar o *fato histórico* pelo fato histórico” (Fernandes, 1945a). Porém, há uma diferença fundamental entre as ciências naturais e as históricas:

[...] as plantas, p. ex., não são seres conscientes, com vontade própria. As leis se aplicam aí com todo o rigor. Na sociedade, entretanto, os homens agem seguindo móveis pessoais, procurando realizar os seus interesses e os seus fins. Portanto, havia outro elemento a considerar: os motivos da conduta humana. Era preciso explicar primeiro estes motivos e verificar suas relações com as leis de desenvolvimento interno da sociedade, para depois poder falar objetivamente sobre o funcionamento desta (Fernandes, 1945a).

No entanto, não são os indivíduos isolados que constroem a história, por isso Marx se concentra no exame de seus movimentos por meio das “grandes massas, povos inteiros, e, em cada povo, classes inteiras de população” (Marx *apud* Fernandes, 1945a). Outra diferença entre Feuerbach e Marx é que o materialismo do primeiro não considerava a *práxis* social. “[...] o conhecimento do homem não é apenas teórico, mas é um conhecimento essencialmente ativo: o homem recebe a ação do meio e atua por sua vez sobre ele – o sujeito atua sobre o objeto, ao receber sua ação” (Fernandes, 1945a). O sujeito *feuerbachiano* é um indivíduo contemplativo, atomizado e isolado, não o sujeito coletivo vinculado às grandes transformações históricas. As leis históricas da sociedade, tais como pensadas por Marx, são naturais apenas no sentido de que independem do capricho individual, mas podem ser transformadas no calor das lutas sociais. “As causas que explicam os grandes movimentos históricos, a evolução social, provêm de classes ou camadas da população funcionalmente ativas e distintas, não do capricho ou da vontade dos indivíduos” (Fernandes, 1945a). Na análise da sociedade europeia de sua época, a partir do método dialético – “isto é, considerando os fenômenos históricos ligados entre si e em processo, em movimento” – Marx conclui “ser a ‘luta de classes’ o fator explicativo da dinâmica social”

(Fernandes, 1945a). O conhecimento dessas leis históricas é essencial para as classes potencialmente revolucionárias, como o proletariado nas formações sociais capitalistas. “[...] ao mesmo tempo que desejava conhecer completamente o mecanismo de funcionamento da sociedade europeia do século XIX, Marx pretendia desenvolver uma doutrina revolucionária, que servisse ao proletariado” (Fernandes, 1945a). Nesses termos, as relações entre natureza, indivíduo, sociedade e história são muito mais complexas do que as supostas pelo determinismo filosófico naturalista e positivista.

A solução que Florestan Fernandes parece assumir no debate sobre as relações entre ciências naturais e ciências sociais é a da unidade entre ambas, não no sentido naturalista, mas no do materialismo vinculado ao pensamento de Marx e à tradição marxista em geral. À primeira vista, suas afirmações parecem ambíguas. “As ciências históricas não constituem exceção, obedecendo rigidamente os princípios do determinismo universal verificado nas ciências da natureza” (Fernandes, 1945a). Ou, no mesmo diapasão, logo em seguida:

[...] as ciências sociais (ampliando e dando o sentido moderno da ciência histórica de Marx), desempenham um papel equivalente ao das ciências da natureza. As leis funcionam nesse mundo com o mesmo rigor com que se manifestam no mundo da natureza – do inanimado ao orgânico. E o homem pode utilizar seus conhecimentos dessas leis, aumentando ao mesmo tempo seu poder sobre o mundo da natureza e o mundo social – isto é, libertando-se, num sentido, das forças naturais, e, noutro, das alienações que impedem nas sociedades modernas a livre realização de todos os indivíduos (Fernandes, 1945a).

A diferença em relação ao naturalismo positivista está na possibilidade de transformar o próprio curso histórico e, com isso, as leis específicas de um determinado tipo de ordem social. A solução de Marx para a questão das ciências naturais e sociais é radicalmente distinta daquela anteriormente proposta pelo positivismo *comteano*:

[...] por causa mesmo destas ideias diretrizes de sua filosofia, que é uma filosofia da ação, [Marx] vai ainda mais longe, levando o seu pensamento às consequências extremas contidas na posição assumida diante da realidade. Não procura, por isso, simplesmente reduzir o espiritual ao psíquico e este ao fisiológico, como fizera Comte em seu sistema positivista. A solução marxista é radical: há unidade absoluta na ciência. O homem é parte da natureza e a sociedade também o é – e devem ser encarados sempre sob este ponto de vista. Por isso, diz Marx, é obsoleta a oposição entre “*indivíduo*” e “*sociedade*” (Fernandes, 1945a).

O indivíduo e a sociedade, como partes integrantes da natureza, estão em interação dialética e, historicamente, existem como realidades inseparáveis, como uma unidade. O processo revolucionário consiste na luta pela superação das alienações, em sentido hegeliano, que impedem o livre desenvolvimento das personalidades humanas. Embora não sejam os termos exatos dos

manuscritos econômicos e filosóficos redigidos por Marx em 1844, neles reverberam nitidamente as ideias de aproximação entre as ciências da natureza e a história, não estranhas a algumas correntes do marxismo. Nas palavras de Florestan Fernandes, esse consiste em um dos legados de Marx e Engels no debate metodológico entre ciências naturais e sociais:

Sociedade e indivíduo supõem-se reciprocamente, ou melhor, constituem uma unidade, estando um no outro. Existem algumas barreiras artificiais, que impedem o completo funcionamento das sociedades ocidentais como organizações naturais. E é exatamente contra essas barreiras, que significam alienações – no sentido hegeliano – da personalidade, que Marx coloca os objetivos da luta revolucionária. Do ponto de vista metodológico, é bom repetir, pois: Marx e Engels integram a evolução social nos quadros da evolução natural, conforme observa com justeza K. Kautsky (Fernandes, 1945a).

Assim, Florestan Fernandes encerra o primeiro artigo e deixa para “tratar da solução idealista e suas consequências” em outro momento. O importante a frisar, contudo, é que suas ideias vão ganhar uma forma mais consistente ao finalizar a *Introdução* do livro de Marx. Em *Notas sobre uma tradução de Marx*, publicado seis meses depois, dirá:

Ora, é evidente que o problema do “determinismo científico” ou da regularidade das leis naturais jamais poderia ser colocado do mesmo modo no campo das ciências – as que estudam o homem e as que estudam os fenômenos naturais. Orientando-se para uma “filosofia da práxis”, Marx põe em evidência a falsidade da confusão do conceito de determinismo, verdadeira violentação da realidade nas esferas das “ciências históricas”. Existem leis, de fato, que regem a vida do homem em sociedade tanto quanto as que distinguem o funcionamento do mundo orgânico e inorgânico. Essas leis, entretanto, não têm a mesma natureza; por isso, o mais importante é investigar as condições em que estas leis atuam nas sociedades humanas. Por aí, Marx constatou a natureza transitória das leis sociais, contraposta às leis naturais. Exprimindo relações determinadas dos fenômenos sociais entre si, tendem a ser diferentes no tempo e no espaço, isto é, nas sociedades social e culturalmente distintas ou na mesma sociedade durante sua evolução histórica (Fernandes, 1946).

O confronto entre as posições filosóficas de Marx e as de outras correntes de pensamento nas ciências sociais, o positivismo e o idealismo/historicismo, realizado por Florestan Fernandes, permite inferir que defendia a unidade das ciências, mas não de forma naturalista, e sim reconhecendo as especificidades da natureza, dos indivíduos, da sociedade, da história e da cultura como níveis, aspectos ou dimensões de uma totalidade complexa, múltipla e interdependente. O conhecimento científico, tanto da natureza como da sociedade, opera por meio de aproximações sucessivas a seus níveis interligados da realidade. Essa concepção ontológica do real está presente em Florestan Fernandes e será fundamental para seu modo de pensar a unidade das ciências sociais, as divisões da sociologia, as relações com as demais ciências, inclusive as naturais, com o conhecimento filosófico e, enfim, com os processos históricos de transformação das sociedades.

Nesses escritos, Florestan Fernandes assume que há uma diversidade de métodos entre as ciências naturais e sociais, pois, apesar da existência de uma unidade ontológica da realidade, os mundos da natureza e da sociedade apresentam especificidades e interação de forma complexa, o que torna necessárias diversas abordagens metodológicas para que se possam apreender seus múltiplos níveis concretos. Pode-se, agora, reconstruir os elementos de sua crítica epistemológica às correntes idealistas e/ou historicistas alemãs no debate sobre as ciências naturais e as ciências histórico-sociais.

No artigo *CN&CS II*, publicado em 06 de novembro de 1945, Florestan Fernandes esclarece a amplitude que atribui à expressão “solução idealista” no texto anterior, em que opõe positivismo e marxismo. Assim, ao utilizá-la, reconhece que o fez “mais por hábito da leitura de certos autores que por causa do rigor da expressão” (Fernandes, 1945b). Logo imediatamente, completa:

[...] a expressão é bastante elástica e compreende não só as consequências do apriorismo kantiano e o idealismo alemão, como também as correntes que desencadearam na Alemanha, em nome da defesa da “filosofia”, nos fins do século XIX e neste século, uma forte reação contra o positivismo como o neokantismo, o neofitcheirismo, o neo-hegelianismo (Fernandes, 1945b).

Neste segundo artigo da série *Ciências Naturais e Ciências Sociais*, surge, mais diretamente, um debate filosófico sobre as relações entre os tipos de conhecimento (“o conhecimento vulgar, o conhecimento científico e o conhecimento filosófico”) e o desenvolvimento da ciência, contrastando os modos como Kant e Hegel compreendem tais questões. Embora distintos, “distanciando-se uns dos outros pelo seu grau de certeza, de racionalidade e de universalidade” (Fernandes, 1945b), os tipos de conhecimento são historicamente reversíveis entre si. As filosofias *kantiana* e *hegeliana* procuram, de maneiras diferentes, interpretar as transformações das ciências naturais e sociais nos quadros de suas respectivas concepções epistemológicas. Em Kant, “que considera como o único conhecimento válido o da ciência natural”, esta última “compreende apenas os fenômenos em suas múltiplas relações quantitativas e causais, pondo em evidência as leis que derivam dessas relações” e deve, por isso, deixar “de lado o *noumenon*, isto é, a coisa que pode existir em si mesma” (Fernandes, 1945b), a possibilidade de existência das ciências sociais, não-naturais, é demonstrada somente de um modo negativo. Citando Rickert, afirma que a “contribuição de Kant ao desenvolvimento de uma filosofia também baseada nas ciências culturais empíricas” reside “mais em haver enterrado a concepção física do universo, que em sua fundamentação gnoseológica das ciências naturais (Rickert *apud* Fernandes, 1945b). A doutrina *kantiana* da moralidade, baseada no imperativo categórico, não constitui um fundamento seguro para as “ciências culturais empíricas”. As leis físicas e naturais “são cegas e inalteráveis”, enquanto

o “homem é um ser consciente e através da vontade pode ou não se submeter às leis humanas, as quais são simplesmente leis imperativas” (Fernandes, 1945b). Como argumenta Florestan Fernandes na sequência, sem uma justificativa da moralidade pela teoria *kantiana* do conhecimento e admitindo-se apenas “os fundamentos práticos do imperativo moral”, a própria “possibilidade de uma ciência do homem, à imagem da ciência da natureza – física, química, biológica – fica, portanto, negada” (Fernandes, 1945b). O impasse entre as ciências naturais e as sociais é simplesmente superado pela negação das últimas.

No conjunto da explanação de Florestan Fernandes da filosofia hegeliana, destaca-se a superação, pela dialética do conceito, das oposições estanques entre monismo e dualismo. Os momentos da tese, antítese e síntese, ou seja, afirmação, negação e negação da negação, são mobilizados pelo método dialético para pensar a realidade em movimento. Isso implica, em Florestan Fernandes, uma nova maneira de pensar as relações entre o desenvolvimento das ciências e sua sistematização no conhecimento filosófico. A verdade consiste no todo em movimento, não em um de seus momentos. No sistema hegeliano, as ciências empíricas são incapazes, por si sós, de alcançar essa completude do conhecimento. “As verdades completas competem à filosofia, que ao mesmo tempo, nega e absorve as ciências, reservando-se a última palavra sobre o conhecimento do real e de sua validade” (Fernandes, 1945b). Florestan Fernandes não se posiciona quanto à aceitação ou negação das concepções filosóficas de Hegel. Na verdade, o seu esforço posterior, em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (Fernandes, 1978[1954])⁹, consistirá em incorporar as contribuições da dialética *hegeliana* às ciências sociais a partir do legado de Marx. O que interessa reter da leitura que Florestan faz de Hegel, no entanto, não é a explanação do idealismo, mas a sua concepção de realidade, presente no modo como, posteriormente, irá pensar as sínteses entre as tradições sociológicas. “Conceber a realidade dividida em camadas, em estados e categorias isoladas parece-lhe [para Hegel] um absurdo” (Fernandes, 1945b). A doutrina *hegeliana* do conceito será retraduzida por Florestan Fernandes como uma forma de apreender a realidade empírica em suas múltiplas dimensões e níveis, de modo que as divisões da Sociologia, projetadas em *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (Fernandes, 1976[1960]) e *Elementos de sociologia teórica* (Fernandes, 1974[1970])¹⁰, apontam para o uso combinado e complementar de diferentes tradições teóricas e metodológicas no processo de apreensão do mundo histórico-social. O debate com o idealismo alemão servirá para refinar essas possibilidades de síntese sociológica.

⁹ O ano de 1954 se refere ao ensaio *Os problemas da indução na sociologia*, fruto de anotações de aulas, incorporado como segunda parte de *Fundamentos empíricos*, cuja primeira edição data de 1959.

¹⁰ Algumas dessas questões foram trabalhadas de forma mais detida, mas não definitiva, na tese de promoção a professor titular do autor deste artigo (Costa, 2025). Apesar de aí se avançar nessa direção, as questões de síntese teórica e metodológica no conjunto do pensamento de Florestan Fernandes ainda precisam ser aprofundadas.

No terceiro artigo da série, publicado em 13/11/1945, Florestan Fernandes retoma a exposição sobre Hegel, ampliando-a na comparação com Kant e Fichte, porém tecendo restrições e comentários críticos quanto às suas possíveis contribuições para a construção de aportes teóricos, metodológicos e empíricos específicos das ciências sociais, culturais e humanas ou, nos termos da época, das ciências do espírito. Nesse aspecto, sinaliza que “a contribuição concreta de Hegel às ciências do espírito, torna-se bem pequena – alguns conceitos, inclusive uma fundamentação mais profunda da parêntese ‘natureza’ e ‘espírito’, e os rudimentos de um método de trabalho – o método tipológico” (Fernandes, 1945c). Uma rápida menção a Max Weber é feita no artigo, como responsável pelo aprimoramento do método tipológico apenas sugerido por certos autores vinculados ao idealismo *hegeliano*. A sua maior contribuição foi evidenciar “a peculiaridade das ciências do espírito, pois, Hegel as vinculou fortemente à história – com exceção da psicologia” (Fernandes, 1945c). No entanto, Florestan Fernandes constata que a “oposição entre a natureza e espírito, como conceitos do corporal e do psíquico, assim esquematicamente situada, subsiste até nossos dias” (Fernandes, 1945c). Essa oposição esquemática é aceita por uns e rejeitada por outros e, completa Florestan, “conforme o leitor deve já ter percebido, comparando com a solução positivista e a solução materialista do mesmo problema, é uma questão de «ponto de vista filosófico»” (Fernandes, 1945c). Mais ao final do referido artigo, Florestan Fernandes situa a discussão das posições que diferenciam as ciências naturais e as ciências do espírito segundo os caracteres substantivos de seus objetos (natureza e cultura como realidades qualitativamente diversas), resultando-se, a partir disso, em distintos pontos de vista metodológicos que conduzem, de um lado, aos conhecimentos de tipo nomotético, generalizador e explicativo, entre os naturalistas, e, de outro, aos “métodos capazes de captar o significado interno dos atos humanos, métodos particularizadores e qualitativos” (Fernandes, 1945c), próprios das chamadas ciências idiográficas¹¹. Florestan Fernandes conclui o artigo, baseando-se em Heinrich Rickert para deslocar o debate para um plano metodológico.

No quarto artigo da série *CN&CS IV*, de 20/11/1945, Florestan Fernandes concentra-se no exame das ideias de Rickert sobre as relações entre as ciências naturais e as sociais, “uma das contribuições mais importantes, aparecidas neste século [XX]” (Fernandes, 1945d). Ressalta, dentre outras coisas, suas críticas ao conceito de espírito e sua preferência pela noção de cultura. A ideia de valor torna-se central para a sua distinção entre natureza e cultura. “O valor é o que distingue, segundo Rickert, as realidades naturais das realidades culturais” (Fernandes, 1945d). A relação de valor define a cultura, compreendendo “tudo que resulta da atividade humana, orientada

¹¹ Florestan Fernandes não utiliza a expressão “ciências idiográficas”, mas ela traduz o sentido metodológico de suas considerações presente no debate entre as ciências naturais e sociais.

no sentido de fins desejados” (Fernandes, 1945d). Os bens culturais estão imbuídos de valores. A natureza prescinde dessa relação de valor. A inovação de Rickert reside na distinção metodológica entre natureza e cultura, pois é “através da referência ao valor que vai distinguir as duas espécies de objetos: existindo valor estamos diante de um elemento ou processo cultural; não existindo, diante de um fato da natureza” (Fernandes, 1945d). Assim, a realidade empírica sendo a mesma, haveria a possibilidade de estudar um objeto sob o prisma das ciências naturais ou das ciências culturais. As primeiras caracterizam-se pelo uso de métodos quantitativos e generalizadores; as segundas, pelo método histórico, qualitativo e particularizador. Florestan Fernandes finaliza o artigo discutindo como Rickert se relaciona com a herança *kantiana* e a *hegeliana*, de modo a problematizar as raízes filosóficas de sua divisão e classificação metodológica das ciências em naturais e culturais.

No artigo seguinte, *CN&CS V*, de 27/11/1945, Florestan Fernandes retoma questões especificamente filosóficas. Percebe, entre outras coisas, que o pensamento científico é indissociável da filosofia. “O essencial é que, de forma nenhuma e talvez nunca, a ciência poderá furtar-se a uma espécie de revisão e de supervisão da filosofia. Hegel coloca muito bem o problema quando evidencia essa dependência das ciências em relação à filosofia” (Fernandes, 1945e)¹². As questões filosóficas estão na base das distinções entre as soluções positivista, materialista e idealista/historicista. Na sequência do artigo, sinaliza que irá delimitar sua exposição das relações entre as ciências sociais e o conhecimento filosófico a dois autores fundamentais: Rickert e Hans Freyer. Este último apenas será abordado em outro número do *Jornal de São Paulo*, de 04/12/1945. Em relação a Rickert, retoma o que já havia desenvolvido no texto anterior de sua coluna *Homem e Sociedade*, reconhecendo o valor de sua contribuição na distinção metodológica entre ciências naturais e sociais, mas passa a fazer os seguintes questionamentos:

[...] é verdadeiro que o método das ciências culturais deva ser simplesmente o método histórico? Não tem se desenvolvido, com a economia e a sociologia, primeiro, com a psicologia, a etnografia, a antropologia e a política, depois, métodos quantitativos e generalizadores? E o próprio Rickert, sem se dar suficientemente conta disto, inseriu o método psicológico – que considera naturalista – na base mesma do método histórico. Porque, de acordo com sua conceituação de cultura, “a totalidade dos objetos reais em que residem valores universalmente reconhecidos e que por esses mesmos valores são cultivados”, o psicológico torna-se um critério básico de reconhecimento das coisas e processos culturais. Tanto no mecanismo, que dá origem aos valores numa sociedade, como no mecanismo de sua universalização na mesma sociedade (Fernandes, 1945e).

Logo em seguida, Florestan Fernandes acrescenta que, em Rickert, “a noção de valor é

¹² Nesse sentido, rejeita o abandono positivista da sociologia: “As ambições de um Augusto Comte, por exemplo, de transformar a filosofia num capítulo ou consequência dos conhecimentos científicos estão, hoje, completamente desacreditadas e por isso foram abandonadas” (Fernandes, 1945e).

apresentada como a base das ciências não naturais” (Fernandes, 1945e). Depois, questiona a extensão da universalidade dos valores, tanto pelo ponto de vista de que não se trata do único interesse de conhecimento para as ciências sociais, como também pela constatação de que os valores não são aceitos por todas as camadas de uma mesma sociedade. Em suas palavras, dirá: “[...] se os valores constituem um dos principais interesses das modernas ciências culturais e sociais, estas não se limitam [...] ao estudo das coisas enquanto expressões de valor”; ou ainda, as ciências sociais focalizam os valores de maneiras distintas, pois os “valores interessam-lhe de maneiras diferentes: a economia os encara de uma forma, a antropologia cultural e a sociologia de outra”; por fim, “[...] o que se verifica é a existência de uma hierarquia de valores na sociedade e geralmente certos grupos de valores adquire validade ou significado somente para uma parte da população – numa sociedade de castas, como numa sociedade democrática” (Fernandes, 1945e). Isso levanta problemas epistemológicos quanto à verdade do conhecimento histórico, podendo conduzir a certo relativismo:

Nestas condições, qual é então o valor da verdade histórica, da forma que a procura Rickert? Não seria possível ao se estudar os “diferentes círculos de cultura”, que determinam as “verdades históricas diferentes”, colocar o problema em termos mais concretos, no interior de cada sociedade determinada? E não seria também possível, assim assegurar um progresso na ciência histórica, descobrindo um sentido no processo histórico verdadeiramente objetivo e fundamentado empiricamente? (Fernandes, 1945e).

Não era intenção de Florestan Fernandes responder a essas perguntas, apenas formulá-las. A possibilidade de respondê-las o conduzirá à sociologia do conhecimento. A seu ver, Rickert não conseguiu ir além de suas contribuições para o refinamento do método histórico:

Por amor à lógica, parece que Rickert simplificou demais. Por isso, riscou tudo o que há de complexo na realidade histórica como realidade sócio-cultural e com isto acabou na própria negação da peculiaridade e do sentido da realidade histórica. Apesar da amplitude de sua ambição inicial – de repetir-se no campo das “ciências culturais” o que fizera Kant relativamente às ciências naturais – a sua é, de fato, uma simples contribuição ao estudo do método histórico (de sua validade, limitações e aplicação), e da explicação histórica, estando sujeita a certas restrições (Fernandes, 1945e).

Finaliza o artigo chamando atenção para a contribuição de Hans Freyer que, “ligando-se ao mesmo tempo a Hegel, Marx e Dilthey, vai muito mais longe que Rickert” (Fernandes, 1945e). Para Freyer, continua, a “própria ciência é um produto da cultura, um valor – especialmente as ciências do homem – que deve ser compreendido e explicado socialmente. E que precisa ser situado, em consequência, no processo histórico” (Fernandes, 1945e). As posições de Freyer serão debatidas no artigo seguinte do rodapé *Homem e Sociedade*. Aqui há indícios de que Florestan Fernandes começa a compreender que a solução dos problemas filosóficos das ciências sociais deveria passar

por investigações no campo da sociologia do conhecimento. Esta é, aliás, uma linha de investigação que receberá uma formulação mais consistente nas posições assumidas em sua polêmica com Luiz Aguiar da Costa Pinto, *O problema do método na investigação sociológica* (Fernandes, 1976[1947]), que envolvem uma reapropriação e síntese críticas das suas leituras metodológicas de Marx, momento em que já havia finalizado a introdução de *A crítica da economia política*, e de Mannheim, em especial do estudo aprofundado que fizera de *Ideologia e Utopia*¹³. Em CN&CS VI, de 04/12/1945, Florestan Fernandes inicia a exposição com um apanhado sintético do desenvolvimento histórico da sociologia do conhecimento em Hegel, Comte e Marx. Basta apenas reproduzir o arremate de sua breve reconstrução histórico-intelectual:

A conclusão mais geral e profunda, que podemos tirar da análise deste tema, é que de Hegel a Marx houve um desenvolvimento que permitiu colocar o problema da concepção e da explicação das coisas – do conhecimento, enfim – fora dos esquemas tradicionais da lógica. Ou seja, também como um problema histórico, plenamente compreensível em termos das condições de existência social. O estudo deste problema constitui uma das principais tarefas da sociologia moderna. E deu origem, mesmo, ao aparecimento dum ramo especial: a sociologia do conhecimento, que já reúne nomes como Marx, Engels, G. Lukács, Lévy-Bruhl, Max Scheller, Karl Mannheim etc. Este autor, aliás, começa uma das obras fundamentais da sociologia do conhecimento – “Ideologia e Utopia” – de um modo verdadeiramente impressionante: “este livro trata de resolver o problema de como pensam realmente os homens. Os propósitos destes estudos não é investigar a forma em que aparece o pensamento nos livros de lógica, senão em que funciona na vida pública e na política, como instrumento de ação coletiva” (Fernandes, 1945f).

A epistemologia tradicional, questionada por Mannheim, investiga o pensamento sob um ponto de vista puramente lógico e não sociológico. As condições sociais de existência estão presentes no pensamento científico e, por isso, levantam questões pertinentes à objetividade do conhecimento produzido nas ciências sociais. Já na década de 1940 Florestan Fernandes estava debatendo tais problemas em torno das soluções positivistas, materialistas/marxistas e idealistas/historicistas. Aqui no Brasil esse debate foi popularizado por Michael Löwy (1994; 2015). Em torno desse mesmo debate político e epistemológico, Adam Schaff publicou uma obra fundamental, *História e verdade* (Schaff, 1995), cuja edição original veio a lume em 1970. Florestan Fernandes se apropria de tais discussões epistemológicas, via sociologia do conhecimento, como base para sistematizar as divisões da sociologia (sistemática ou formal; comparada; diferencial ou histórica; descritiva ou sociografia; aplicada; e geral ou teórica), articular num processo de síntese as principais soluções metodológicas dos tipos médio, ideal e extremo (Durkheim, Weber e Marx) e refletir sobre as possibilidades de cooperação entre a sociologia, as

¹³ Ver, a esse respeito, seu ensaio *A concepção de ciência política de K. Mannheim*, escrito em 1946 e depois publicado como décimo capítulo de *Elementos de sociologia teórica* (Fernandes, 1974 [1970]).

demais ciências sociais e a filosofia. A série de artigos sobre ciências naturais e sociais pode ser encarada, retrospectivamente, como um momento inicial em que suas ideias fundamentais adquiriram uma formulação consistente. O mais significativo é que Florestan Fernandes realizou esse trabalho por meio da apresentação a um público mais amplo, não especializado, de debates filosóficos essenciais para as ciências sociais. Isso revela o seu empenho em popularizar as ciências sociais como um caminho para construir novas mentalidades entre os cidadãos e, com isso, ganhar espaço para o uso construtivo dos resultados de pesquisas científicas em processos de planejamento social e de mudança cultural provocada.

O interesse de Florestan Fernandes pelo livro de Hans Freyer, *La sociología, ciencia de la realidad: fundamentación lógica del sistema de la sociología* (Freyer, 1944)¹⁴, está vinculado a seus aprofundamentos no campo da sociologia do conhecimento. Além da questão bastante debatida das diferenças entre as ciências naturais e as ciências sociais, retomada na sua breve discussão da contribuição de Freyer¹⁵, chamam a atenção as críticas de Florestan Fernandes à ausência de um debate sobre as soluções que as investigações na sociologia do conhecimento poderiam oferecer aos problemas de integração teórica e metodológica na própria sociologia. O caráter autorreflexivo e autocrítico da sociologia do conhecimento – expresso na fórmula: “A Sociologia é uma autoconsciência científica de uma realidade social” (Freyer *apud* Fernandes, 1945f) – permitiria que os resultados de suas investigações, nas quais a própria sociologia e as ciências sociais, de modo mais geral, são elas mesmas submetidas à análise sociológica, conduzissem as disciplinas científicas dedicadas ao estudo do mundo social a novos patamares elevados de integração teórica, metodológica, prática e empírica. Partindo do postulado correto de que a sociologia reflete o contexto histórico do qual emerge, Freyer termina por particularizar excessivamente os conceitos, categorias e métodos das ciências sociais como dimensões culturais específicas: “a sociologia americana é o produto orgânico de uma certa cultura e por isso não pode transplantar-se a outro país” (Freyer *apud* Fernandes, 1945f). Essa posição de Freyer seria inaceitável para Florestan Fernandes, pois impediria o próprio progresso teórico da sociologia enquanto disciplina científica. “[...] parece-me que é preciso dar uma validade à forma sob que se apresenta o conhecimento

¹⁴ Um exemplar do livro se encontra na Biblioteca de Florestan Fernandes na UFSCar.

¹⁵ Florestan Fernandes destaca a forte influência de Dilthey na definição do objeto da sociologia por Freyer e explicita sua visão de realidade, baseada nas ciências do espírito: “Este [o objeto da sociologia] é encarado de acordo com a concepção diltheyana de ciências do espírito. Para Dilthey, os processos mentais e lógicos através dos quais se conhece a natureza e os espírito são idênticos. Por isso baseia sua distinção entre ciências da natureza e ciências do espírito na correlação de sujeito e objeto. O mundo da natureza é exterior ao homem; enquanto que os processos espirituais se desenvolvem em sua intimidade: ‘são dados na vivência tal como são’, diz Dilthey. Daí, poder-se separar a coisa como fenômeno, dada na percepção externa, da coisa como realidade, dada imediatamente, na percepção interna. A sociologia, como ciência do espírito, pois, segundo Freyer, é uma ciência da realidade – a realidade social, dada de um modo imediato – superando o simples conhecimento fenomênico das ciências da natureza” (Fernandes, 1945f).

sociológico: sendo científico, trata de descobrir nas coisas não só o que é particular, mas principalmente o que nelas é geral” (Fernandes, 1945f). Logo em seguida, pondera os limites da generalização nas ciências sociais: “A generalização não se apresenta nas ciências sociais do mesmo modo que nas ciências da natureza, o que não quer dizer que ela seja absolutamente impossível” (Fernandes, 1945f). Esse ponto de vista restritivo leva a desconsiderar vários problemas relevantes:

No fundo, Freyer pensa a problemática da sociologia especial e aplicada – estudo de fenômenos sociais particulares – como se esta esgotasse toda a problemática da sociologia geral. Por isso não ficam completamente esclarecidos outros problemas: existência de um certo número de conhecimentos sociológicos *provados*, isto é, geralmente válidos; os efeitos teóricos do estudo de sociedades, como as ocidentais, que têm tantos pontos de contacto na estrutura social e na cultura; a necessidade de enfrentar “problemas sociais” semelhantes nessas sociedades e, pela ocidentalização, em sociedades não europeias, as diferentes “correntes” de sociologia, que sempre se desenvolveram em cada país, e suas causas – já que a mesma realidade social revela-se insuficiente para resolver as contradições (Fernandes, 1945f).

Essas considerações ajudam a matizar o senso comum acadêmico de um Florestan puramente universalista na ciência, em especial quando confrontado com Guerreiro Ramos. Aqui não seria o lugar para desenvolver o assunto, bastando evidenciar que as críticas dirigidas a Freyer são semelhantes às que irá dirigir posteriormente ao seu colega brasileiro. A análise do contexto concreto da produção sociológica não se esgota em si mesma. Para Fernandes, essa análise deve servir para tornar mais consistente o arcabouço teórico da sociologia e este último não seria desprezível para a utilização prática, política, dos conhecimentos sociológicos:

Não nos esqueçamos, porém, que Karl Marx – partindo de uma analogia do próprio estudo de laboratório – preferiu estudar o capitalismo onde ele se apresentava mais desenvolvido no século XIX: a Inglaterra. Ainda assim, disse aos alemães: “é tua a história que eu quis contar”. A sociologia pode servir à ação, portanto, passando dentro de certos limites sobre as peculiaridades do caráter nacional de cada povo (Fernandes, 1945f).

A reação de Freyer ao positivismo o conduz a unilateralidades opostas, como a de negar qualquer capacidade de generalização à sociologia. Quando afirma, por exemplo, que a sociologia seria o “correlato espiritual das revoluções burguesas” (Freyer *apud* Fernandes, 1945f), está correto ao identificar suas raízes históricas, mas particularizá-las como uma dimensão intelectual inerente à ordem burguesa seria desconsiderar o caráter contraditório e antagônico da sociologia, do conjunto das ciências sociais e da filosofia. Se existe uma sociologia da ordem, haveria também uma sociologia que se vincula, teórica e praticamente, ao polo da revolução (Fernandes, 1980, p. 26-33). De qualquer forma, no artigo *CN&CS VI*, Florestan Fernandes já negava que a sociologia pudesse

ser reduzida exclusivamente a uma ciência da ordem burguesa. No final de seu raciocínio, emerge sua tomada de posição no debate mais geral entre as ciências naturais e as ciências sociais: as diferenças metodológicas entre ambas não podem ser absolutizadas, nem tornadas estanques. A particularização histórica, procedimento lógico necessário para apreender as especificidades dos fenômenos investigados pelas ciências sociais, não nega a descoberta de leis próprias às estruturas e aos padrões de funcionamento das sociedades, não como as leis férreas das ciências da natureza, mas como leis que podem ser modificadas coletivamente pelas massas humanas. É nesse contexto que se deve interpretar sua contraposição à visão de Freyer sobre a história:

O sucessivo da realidade social, como magnitude histórica, também está sujeito a leis. É uma concepção que se contrapõe a Freyer: no sentido de conceber a própria mudança como um aspecto da ordenação natural. Se ainda restam possibilidades de incriminar a sociologia, como ciência *burguesa*, elas devem ser procuradas noutro lugar. Nas diferentes concepções de mudança, por exemplo. Em todo o caso, o argumento de Freyer perde o seu valor histórico e lógico. Não invalida mais a ideia de uma “organização natural” dos fenômenos sociais, nem a legitimidade de uma *sociologia natural* – que por sua vez considera os fenômenos historicamente. Ou seja, em outras palavras, as limitações no conhecimento das coisas e dos processos, nas ciências sociais, reconhecidas acima, não cria um abismo entre estas e as ciências naturais. É possível compreender e explicar tanto os fenômenos de organização, como os de mudança social – inclusive em uma determinada direção – em termos de leis positivas (Fernandes, 1945f).

As noções de “natural” e “leis positivas” são empregadas num sentido bastante semelhante, ou próximo, ao de “leis necessárias e naturais” em Marx: as leis são históricas e podem ser transformadas pela atividade coletiva dos homens, mas não pelo capricho dos indivíduos. A passagem acima permite inferir que Florestan Fernandes, ao defender a ideia de que não existe um abismo entre as ciências sociais e as ciências naturais, assumiria a posição de uma aproximação ou síntese entre os métodos compreensivos e explicativos na sociologia. Esse parece ser o caso de seus desenvolvimentos intelectuais posteriores, pois o modo peculiar como utiliza o método funcionalista não o dissocia do método compreensivo, e vice-versa, como se depreende da leitura atenta de sua tese de livre-docência, a terceira parte de *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (Fernandes, 1978[1953]). Isso ajuda a relativizar a ideia de que teria passado por uma fase funcionalista, pois, nesse momento, já estava pensando na integração dos métodos sociológicos, sem se restringir exclusivamente ao funcionalismo, nem à sociologia compreensiva, nem ao método dialético. A busca por sínteses metodológicas surge nos anos iniciais de sua trajetória acadêmica e vai recebendo refinamento teórico ao longo de suas pesquisas concretas. Os três últimos artigos da série sobre as ciências naturais e as ciências sociais serão apenas mencionados em breves passagens, pois o essencial de seu conjunto de ideias já foi devidamente explanado.

No artigo *CN&CS VII*, de 11/12/1945, Florestan Fernandes trata da “concepção cristã” (ou normativa, finalista e espiritualista) das ciências sociais, considerando esse debate apenas um “apêndice” da discussão mais geral sobre natureza e cultura, focalizando o pensamento de Tristão de Athayde (Fernandes, 1945g). Essa concepção professa o dualismo matéria/alma, de modo que as ciências naturais se dedicariam à matéria e as sociais à alma. “Neste caso, as ciências que estudam as ações humanas, poderiam ser ciências do mesmo modo que as ciências exatas? É claro que não, dizem-nos” (Fernandes, 1945g). Então, onde residiria a possibilidade de uma ciência humana nessa concepção cristã? Na própria dualidade do homem como alma e matéria: “Não é ele [o homem], ‘alma’ e ‘matéria’, um misto de anjo e besta, como já o disse Pascal?” (Fernandes, 1945g). Para se libertar de seus impulsos egoístas, o homem deveria desenvolver sua consciência ética. A ciência humana deveria estar situada nesse plano ético. “A Sociologia aparece, aí [na classificação de Tristão de Athayde], no grupo das ciências práticas e entre a ética e a estética, como uma ciência enciclopédica – coisa que já passou para as calendas na história das ciências sociais” (Fernandes, 1945g). Em outras palavras, a sociologia seria uma ciência normativa e teria, “como ciências sociais auxiliares ‘menores’ nada mais nada menos que o direito, a economia e a pedagogia!” (Fernandes, 1945g). Considerando confusa a definição de sociologia pelos intelectuais cristãos, conclui negando validade científica à concepção cristã:

O que Tristão de Athayde e os demais representantes desta corrente apresentam como ciência social não passa de uma filosofia social. É deste ângulo que devem ser encarados a sua contribuição e os problemas que levantam. Os conceitos que desenvolvem e suas ideias sobre as articulações das ciências sociais e naturais – quanto aos objetos e quanto aos métodos – não têm, por isso, nenhuma validade lógica ou científica (Fernandes, 1945g).

No artigo *CN&CS VIII*, de 18/12/1945, Florestan Fernandes elabora uma exposição bastante ampla e detalhada das diferenças entre as diversas perspectivas das ciências do espírito, humanas, culturais ou sociais. Esses qualificativos têm significados próximos, mas não representam as mesmas coisas na história das vertentes idealistas. Aqui estão sendo empregados indistintamente apenas por economia de exposição. Seria oportuno informar que Max Weber não aparece como pensador mobilizado por Florestan Fernandes no debate, sendo mencionado apenas uma vez. O aprofundamento da leitura das obras de Weber ocorre no final da década de 1940, o que explica sua ausência. De todo modo, percebe-se um conhecimento minucioso das tradições sociológicas alemãs, fortemente vinculadas ao idealismo na filosofia. A postura de Florestan Fernandes parece caminhar em direção a uma síntese entre os procedimentos metodológicos das ciências naturais e das ciências sociais, porém criticando o naturalismo sociológico das soluções positivistas e a especulação de algumas vertentes idealistas/historicistas. Resume as duas “orientações fundamentais” da solução

idealista nos seguintes termos:

Uma, em que as ciências sociais são separadas por seu objeto e por seus métodos, das ciências naturais. Os postulados das ciências da natureza e, especialmente, a sua aplicação no campo das ciências sociais, recebem uma crítica cerrada. Outra, em que se distingue, por seu objeto e em parte por seus métodos – pois uma coisa é consequência da outra e só se justificam ciências diferentes sob a dupla condição de especificidade do objeto e de procedência e necessidade de um ponto de vista particular que o explique – as ciências sociais das ciências naturais. Mas os postulados das ciências naturais são aceitos, tanto na concepção da vida e do homem, como na explicação da realidade empírica (Fernandes, 1945h).

O sociólogo paulistano se inclinava pela segunda posição, porém não adotava uma postura idealista. A leitura de Marx já o vinculava a uma visão de mundo materialista. No entanto, soube extrair do historicismo alemão, apesar de suas oscilações conservadoras, elementos conceituais importantes para o refinamento futuro de suas sínteses teóricas e metodológicas na sociologia. Por fim, no artigo *CN&CS IX* (25/12/1945), Florestan Fernandes inicia mencionando as críticas às concepções idealistas e ao uso de um conceito tão amplo e impreciso como “espírito”, tecendo, em seguida, considerações sobre as formas como as correntes do idealismo alemão, em particular a mais avançada delas, o hegelianismo, relacionaram o *espírito subjetivo* – “que vive, compreende, cria, modifica e vive a cultura” – e o *espírito absoluto* – “conjunto de objetivações espirituais ou de manifestações culturais” (Fernandes, 1945k). O maior inconveniente dessa visão idealista seria, contudo, “a fragmentação do homem em três regiões – a orgânica, a psíquica e a cultural” (Fernandes, 1945k), o que leva a uma certa compartimentalização da realidade. Conclui o artigo com uma citação de Leopold von Wiese, segundo o qual “a contraposição entre ciências da natureza e do espírito é inadequada para as ciências sociais” (von Wiese *apud* Fernandes, 1945k). A unidade complexa entre o orgânico, o psíquico, a natureza, a história, a sociedade e a cultura conduz Florestan Fernandes a uma perspectiva metodológica de cooperação entre as ciências naturais e sociais, de modo a perceber objetivos cognitivos por elas compartilhados, sem desconsiderar suas especificidades irredutíveis levando-se em conta seus objetos de estudo e respectivos métodos de investigação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi apresentar a visão de Florestan Fernandes sobre as relações entre as ciências naturais e as ciências sociais, tais como desenvolvidas na década de 1940. Pode-se perceber, no conjunto de artigos analisados, suas concepções filosóficas, ontológicas e epistemológicas como dimensões interdependentes. Pode-se concluir que, no contexto intelectual considerado, Florestan Fernandes defendia a distinção metodológica entre as ciências naturais e as

sociais, mas aceitava o pressuposto ontológico de unidade do real entre natureza e sociedade, sendo necessárias a diversidade e a pluralidade de métodos para apreender a complexidade de múltiplos níveis interdependentes desse real. Em outras palavras, negava a dicotomia entre natureza e sociedade sob a perspectiva ontológica, sugerindo que a complexidade da realidade implicaria a necessidade de uma diversidade metodológica nas ciências da natureza e da sociedade. Suas considerações dão margem à possível interdisciplinaridade entre as duas ciências. Nesse momento, na década de 1940, não chega a estabelecer um diálogo forte com as reflexões *lukacsianas* sobre a ontologia do ser social, estando mais próximo das posições filosóficas do materialismo *engelsiano*. Na sua fase marcadamente marxista dos anos 1970, tal posição não parece ter se alterado radicalmente, mesmo após uma leitura mais detida da obra de Lukács. No entanto, essa é uma hipótese de trabalho que precisaria ser submetida a novas pesquisas no conjunto de sua produção sociológica.

O sociólogo paulistano tinha uma firme compreensão das divisões e fragmentações no interior da sua disciplina, a Sociologia, e no conjunto das ciências sociais, que estavam relacionadas a diferenças irreduzíveis em seus pressupostos filosóficos, mas também às determinações de classe, políticas e ideológicas do conhecimento científico sobre o mundo histórico e social. Nas décadas de 1950 e 60, irá propor, com base numa forma muito particular de praticar a sociologia do conhecimento, de inspiração *mannheimiana* e com uma forte incorporação da crítica ideológica do marxismo, a síntese das tradições clássicas e modernas da sociologia numa visão integrativa de ciência social, envolvendo os móveis teóricos, metodológicos, práticos e empíricos da explicação científica. Cada um desses móveis de conhecimento possui suas especificidades, mas estão vinculados entre si. Esse assunto não pôde ser debatido em profundidade. Contudo, a finalidade principal foi alcançada: tornar acessível um conjunto de reflexões de Florestan Fernandes pouco conhecido no âmbito acadêmico.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. *As concepções epistemológicas de Florestan Fernandes: um enfoque comparativo dos anos 1950 e 1970*. 2025. Tese (Professor Titular em Sociologia) – Centro de Humanidades, Artes e Letras, UFRB, 2025.

FERNANDES, Florestan. Ciências Naturais e Ciências Sociais I. *Jornal de São Paulo*, 1945a.

FERNANDES, Florestan. Ciências Naturais e Ciências Sociais II. *Jornal de São Paulo*, 1945b.

FERNANDES, Florestan. Ciências Naturais e Ciências Sociais III. *Jornal de São Paulo*, 1945c.

FERNANDES, Florestan. Ciências Naturais e Ciências Sociais IV. *Jornal de São Paulo*, 1945d.

- FERNANDES, Florestan. Ciências Naturais e Ciências Sociais V, *Jornal de São Paulo*, 1945e.
- FERNANDES, Florestan. Ciências Naturais e Ciências Sociais VI, *Jornal de São Paulo*, 1945f.
- FERNANDES, Florestan. Ciências Naturais e Ciências Sociais VII, *Jornal de São Paulo*, 1945g.
- FERNANDES, Florestan. Ciências Naturais e Ciências Sociais VIII, *Jornal de São Paulo*, 1945h.
- FERNANDES, Florestan. Ciências Naturais e Ciências Sociais IX, *Jornal de São Paulo*, 1945i.
- FERNANDES, Florestan. Planos e perspectivas. *Jornal de São Paulo*, 1945j.
- FERNANDES, Florestan. Um teórico do neofascismo: I – Democracia e fascismo. *Jornal de São Paulo*, 1945k.
- FERNANDES, Florestan. Notas sobre uma tradução de Marx. *Jornal de São Paulo*, 1946.
- FERNANDES, Florestan. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- FERNANDES, Florestan. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.
- FERNANDES, Florestan. Quinta e sexta entrevistas com Florestan Fernandes. In: SOARES, Eliane Veras; COSTA, Diogo Valença de Azevedo (orgs.) *Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil*, Chapecó: Marxismo21, 2021, p. 116-155.
- FREYER, Hans. *La sociología, ciencia de la realidad: fundamentación lógica del sistema de la sociología*. Buenos Aires: Losada, 1944.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- LÖWY, Michael. *Ideologia e ciências sociais: elementos para uma análise marxista*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- MESQUITA, Gustavo Rodrigues. Florestan Fernandes e o antirracismo nos Estados Unidos e no Brasil, 1941-1964. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.
- OLIVA, Alberto. *Ciência e ideologia: Florestan Fernandes e a formação das ciências sociais no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Licença e Direitos:

Ciências Naturais e Ciências Sociais: as Raízes Filosóficas de Florestan Fernandes, direitos autorais de Diogo Valença de Azevedo Costa, 2026, licenciado sob **Creative Commons Attribution 4.0 International License**.

